



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 29 de agosto de 2012

JORNAL DO COMMERIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERIO	
CAPA	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERIO	
São Paulo contra o Amazonas	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERIO	
Frente & Perfil	4
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERIO	
Guerra fiscal	5
POLITICA	
JORNAL DO COMMERIO	
Adin 4832	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERIO	
PIM	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERIO	
Follow - Up	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERIO	
Greve	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERIO	
Produção	10
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERIO	
Pedrinho Aguiar	11
A CRITICA	
CAPA	12
CAPA	
A CRITICA	
Sim & Não	13
OPINIÃO	
A CRITICA	
UMA MANIFESTAÇÃO NECESSÁRIA	14
OPINIÃO	
A CRITICA	
Bancada põe ZFM na pauta do Congresso	15
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Bancada põe ZFM na pauta do Congresso (continuação)	16
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Prorrogação	17
ÚLTIMAS	
A CRITICA	
Visão integrada	18
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	19
CAPA	

AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	20
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Distrito	21
DIA-A-DIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Defesa do AM está pronta	22
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Rede 4G	23
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Portos	24
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	25
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	26
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Samsung anuncia produção de toda a linha de celulares em Manaus.....	27
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Governo e ALE são notificados pelo STF na Adin de São Paulo	28
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Fabricantes pedem a Mantega prorrogação do IPI reduzido e inclusão de mais produtos.....	29
ECONOMIA	

CAPA

Procura por área para novo distrito avança no PIM

A Seplan-AM (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico) pretende concluir no prazo mais breve possível o estudo de identificação de terrenos

para a instalação de novas fábricas no PIM. "Com o levantamento, estamos verificando as alternativas disponíveis para solucionar o problema grave da falta de terrenos pla-

nos na área do Distrito Industrial, gargalo que impede que o número de investimentos e projetos aprovados para a região sejam maiores", esclareceu o secretário-executivo

adjunto de políticas setoriais da Seplan, Appio Tolentino. Pelo menos 115 pedidos de área de fabricantes de bens intermediários e finais estão na 'lista de espera'.

CAPA



Nogueira quer urgência em julgamento de Adin

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, avaliou ontem que a saída menos danosa para o modelo de desenvolvimento é o julgamento rápido da questão. Nogueira defendeu que um julgamento rápido do mérito pode colocar um ponto final nos questionamentos de outras Unidades da Federação sobre o poder que o Amazonas tem de conceder incentivos de ICMS sem a necessidade de aprovação do Confaz.

São Paulo contra o Amazonas

ENGº RAIMUNDO LOPES FILHO*

O Estado de São Paulo ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF), neste mês, seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin) visando combater a conhecida guerra fiscal entre as Unidades Federadas, questionando normas editadas pelos Estados do Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso do Sul sem autorização do Conselho de Política Fazendária (Confaz) e em

desacordo com a Lei Complementar nº 24/1975 (LC Nº 24/1975).

No que diz respeito especificamente a Adin 4832, impetrada contra o Estado do Amazonas, a ação tem o escopo de obter no STF a declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 2.826/2003 e do Decreto Estadual nº 23.994/2003, em razão dos incentivos fiscais concedidos às empresas industriais e agroindustriais,

como crédito estímulo, diferimento, isenção, crédito fiscal presumido de regionalização e redução de base de cálculo do ICMS, bem como do denominado "corredor de importação".

Com relação aos outros Estados, objeto das Adin impetradas por São Paulo é sabido que os incentivos fiscais foram concedidos à margem da LC Nº 24/1975, que estabelece normas sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS). A prova disso é que recente-

mente o STF julgou quatorze processos de Adin, declarando que os benefícios concedidos a revelia do Confaz não configuram mera ilegalidade, mas inconstitucionalidade. No entanto, nem a decisão unânime tomada pela última instância do judiciário brasileiro está sendo suficiente para forçar os governos dessas Unidades Federadas a suspender a prática condenada.

A situação do Amazonas é bem diferente da dos outros Estados, uma vez que a mencionada LC Nº 24/1975, excepciona, em seu artigo 15, às indústrias instaladas ou que

vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus (ZFM), sendo vedada às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas.

Portanto, na opinião dos especialistas, não procede a tese arguida por São Paulo, uma vez que a LC Nº 24/1975 foi efetivamente recepcionada

na Constituição Federal aprovada pelo Congresso Nacional em 1988, ao preservar a ZFM na forma estabelecida no Artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, permanecendo até hoje em pleno vigor, o que, por certo, norteará a resposta do governo do Estado do Amazonas ao questionamento jurídico da Adin 4832.

* é diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda., projec@argo.com.br

Frente & Perfil

Brindes proibidos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado aprovou nessa terça-feira (28) projeto que proíbe venda de sanduíches e refeições rápidas que vêm com brindes e brinquedos de apelo infantil. Para o autor da

Passando a Nokia

E por falar em Samsung, a multinacional coreana acaba de passar a Nokia na fabricação de aparelhos celulares, mas seus executivos ainda aguardam a consolidação do quadro para anunciar a novidade aos quatro ventos. É que o acontecimento ainda é recente e pode ser revertido, dependendo do desempenho do mercado, mas os coreanos comemoram.

Guerra fiscal

Adin causa indignação geral na Aleam

O líder da maioria na Assembleia Legislativa, deputado estadual Marco Antônio Chico Preto (PSD), realizou Cessão de Tempo ontem (28) para uma grande discussão sobre os efeitos da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), proposta pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), contra a política de incentivos fiscais do Amazonas e que ameaça empregos e o sonho da Cidade Universitária.

O debate contou com a presença do representante da Sefaz (Secretaria Estadual de Fazenda), Afonso Lobo; do presidente da CUT/AM (Central Única dos Trabalhadores), Valdemir Santana; do titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira; do presidente do Itam (Instituto de Terras do Amazonas), Wanger Santana, e do representante da Procuradoria-Geral do Estado, Carlos Roberto Ramos; e do deputado federal Francisco Praciano (PT).

De acordo com autor da Cessão, a discussão era necessária porque a ação ameaça os empregos de mais de 130 mil pais de família e compromete o futuro de outros 30 mil jovens, que têm na UEA (Universidade do Amazonas), custeada pelos

incentivos do governo do Estado, alvo da medida, seu instrumento de formação e capacitação para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

“É preciso adotar melhores providências para defender os interesses do povo do Amazonas”, destacou Chico Preto, lembrando que a iniciativa cria instabilidade jurídica e inibe novos investimentos no modelo Zona Franca de Manaus, a fim de alertar todas as empresas do PIM, que já estão com projetos em tramitação no Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas).

“As empresas que estão aqui ficam sobressaltadas e as que querem vir produzir em Manaus ficam receosas. Essa ação traz prejuízos de ordem política e institucional, social e econômica. O que nós pretendemos fazer é não permitir que tal ação vá adiante. Essa é uma lógica instalada há 37 anos”, completa, observando que tal iniciativa faz parte de uma doutrina Tucana, de prejudicar a ZFM e de não permitir que novos investimentos cheguem a Manaus.

O deputado estadual Marco Rotta (PMDB) disse que é preciso posicionamento político da Aleam, ao lembrar os prejuízos e atrasos que vem sofrendo a

ZFM. “Isso cria uma grande instabilidade no PIM”, observou ele, citando que a criação de alternativas de desenvolvimento para a ZFM seja de vocação natural.

O representante da Sefaz, Afonso Lobo, disse não acreditar que a Suprema Corte se manifestará em favor do Estado de São Paulo. “O nosso desejo é que esta medida seja julgada, e que fique claro que o Amazonas tem condição excepcional dado pelo artigo 40 do ato da disposição constitucional transitória”, acrescentou.

O presidente da CUT/AM, Valdemir Santana, ressaltou que o ataque à Zona Franca de Manaus começou com a criação da Lei de Informática, quando o PIM perdeu aproximadamente 40 mil empregos. Para o titular da Suframa, Thomaz Afonso Nogueira, o modelo ZFM gera 117 mil empregos e já demonstrou que é solução para o Brasil. Ele ressaltou, ainda, que a ZFM gera oportunidade de emprego e renda, além de criar alternativa para a utilização da floresta. “Por isso que o Estado tem 98% de vegetação nativa”, lembrou.

Ameaça

De acordo com Thomaz Nogueira, não há nada na ação de

Geraldo Alckmin que possa representar um ganho imediato ao Estado de São Paulo, senão o esvaziamento da atividade econômica no PIM. “O que se pretende com a Adin é concentrar a economia em São Paulo”, criticou o superintendente da Suframa, lembrando que o objetivo principal da ação é semear a insegurança jurídica do Amazonas.

Francisco Praciano destacou que é preciso discutir a ZFM antes de ser atacada. “Temos que nos antecipar e brigar pela segurança jurídica”, disse ele, lembrando que não é somente o incentivo fiscal que torna atrativo o PIM. Segundo Praciano, é uma vergonha em 45 anos de Suframa o Amazonas não ter um porto de carga em sua logística. “Paramos por falta de estrada, de porto e aeroporto. A Suframa está desestruturada e perdendo técnicos”, desabafou, observando que é preciso trabalhar constantemente para sensibilizar o governo do Estado e o governo federal para tratar o problema com antecipação e firmeza. “Sem depender de discursos provincianos. Precisamos ser mais efetivos e entender que o Palácio do Planalto é o principal responsável e aliado para salvar a ZFM”, observou.

Adin 4832

Nogueira defende julgamento rápido

Superintendente da Suframa considera irresponsável iniciativa do governo paulista lançada para semear a confusão

Durante reunião ordinária na Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas) para discutir a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta pelo governo de São Paulo contra incentivos fiscais concedidos pelo Amazonas, o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, avaliou que a saída menos danosa para o modelo de desenvolvimento é o julgamento rápido da questão. "Se a intenção da Adin fosse esclarecer uma situação jurídica duvidosa, bastava julgar outras ações já lançadas no passado, ações em que a Zona Franca obteve liminares favoráveis que, até hoje, não tiveram o mérito julgado. O governo paulista já alcançou seu objetivo com a simples propositura da ação, ou seja, semear a confusão e levantar dúvidas sobre a segurança jurídica do modelo, que é constitucionalmente protegido. Uma eventual vitória de São Paulo não aumentaria um centavo sequer na arrecadação daquele Estado", disse o superintendente.

Classificando a ação como "irresponsável", por não medir as consequências para a economia de toda a Amazônia Ocidental, Nogueira defendeu que um julgamento rápido do mérito pode



Foto: Walter Mendes

Superintendente Thomaz Nogueira disse que intenção paulista é criar confusão nos investidores

colocar um ponto final nos questionamentos de outras unidades da Federação sobre o poder que o Amazonas tem de conceder incentivos de ICMS sem a necessidade de aprovação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). "A Constituição de 1988 recepcionou toda a legislação da Zona Franca. A Lei Complementar 24 de 1975 é parte e deixa bem claro a autorização do Amazonas para conceder incentivos. A mesma lei que São Paulo questiona agora é a que estabelece o funcionamento do Confaz, ou seja, querer desconsidere-la é desconsidere o próprio conselho", argumentou.

A reunião, que começou às 11h no plenário da Assembleia e se estendeu até às 14h, levantou uma série de questões em torno da medida do governo de São Paulo e as consequências para o Amazonas. Segundo o representante da Secretaria de Fazenda do Estado no evento, Afonso Lobo, o eventual corte na política de incentivos estaduais tornaria a instalação de indústrias em Manaus economicamente inviável. "E comprometeria 80% da economia local, que é vinculada ao polo industrial. São prejuízos catastróficos, que impactariam, de cara, a arrecadação estadual em, pelo menos, R\$ 7 bilhões. Além disso, projetos como a

UEA, que dependem de recursos da Zona Franca, ficariam comprometidos", disse Lobo.

O único representante da bancada federal na reunião, Francisco Praciano, defendeu que não adianta fazer discursos no Congresso sobre o tema e que o momento é de buscar um posicionamento do Planalto. "Somos oito deputados e três senadores contra mais de 500 parlamentares de outros Estados. O que devemos fazer é buscar apoio do governo federal para uma questão que é nacional. A Zona Franca é fundamental para a economia do Amazonas e não pode acabar, pois acaba com o Estado inteiro. Aliás, representando três quartos do PIB da Amazônia, afeta toda a economia nacional", disse Praciano.

Não há data prevista para o julgamento da Adin (que recebeu o número 4832) pelo STF (Supremo Tribunal Federal), mas o representante da PGE (Procuradoria-Geral do Estado) na reunião, Carlos Ramos Filho, adiantou que o Amazonas já tem a linha de defesa definida para o caso. "Temos fundamentos sólidos para mostrar que a Lei Complementar 25/75 foi recepcionada pela Constituição. A chance de vitória é grande", adiantou.

PIM

Indústria busca novas áreas

Estudo de prospecção de novos endereços para fábricas em Manaus avança para acabar com lista de espera

Juliana Geraldo

O estudo de identificação de terrenos para a instalação de novas fábricas no PIM está acelerado. Foi o que garantiu em coletiva à imprensa na última segunda-feira, o secretário-executivo adjunto de políticas setoriais da Seplan-AM (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), Apio Tolentino.

"Com o levantamento, estamos verificando as alternativas disponíveis para solucionar o problema grave de falta de terrenos planos na área do Distrito Industrial, gargalo que impede que o número de investimentos e projetos aprovados para a região sejam maiores", esclareceu.

Segundo ele, técnicos da secretaria já estão há quatro meses realizando o trabalho. "Precisamos levantar quais as áreas disponíveis, a maneira como vamos trabalhar, se será com parceria privada ou desapropriação de terras, enfim, várias questões precisam ser resolvidas. Por isso estamos estudando atentamente o assunto para a tomada de decisão", acrescentou.

O consultor empresarial da Profinco, Hélio Pereira da Silva, que atende empresários do segmento de duas rodas em Manaus, registrou no primeiro semestre, duas

desistências de componentistas do segmento de duas rodas por falta de área apropriada. "Eles estão postergando a vinda para cá até que haja uma definição quanto ao assunto".

De acordo com os dados mais recentes repassados pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), 115 pedidos de área de fabricantes de bens intermediários e finais estão na 'lista de espera' e mais 135

pleitos de prestadores de serviço ligados ao segmento industrial aguardam liberação de terreno, totalizando 250 solicitações.

Em entrevista anterior ao *Jornal do Commercio*, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, disse considerar o déficit de áreas para a expansão do modelo ZFM a questão mais crítica enfrentada pela autarquia.

O presidente do Cieam (Cen-

tro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, também se mostrou ansioso por uma solução. "O número de terrenos disponíveis é cada vez menor. As áreas ainda disponíveis com o metro quadrado a R\$ 1 estão na área do Distrito 2 e são extremamente irregulares, o que exigirá do empresário um custo elevado com terraplanagem. Esperamos que a Suframa e o governo do Estado possam dar o direciona-

mento o mais rápido possível", cobrou.

Soluções

Entre as soluções, o secretário-executivo apontou um modelo similar ao Dimpe (Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus) - condomínio empresarial com infraestrutura completa que comporta galpões industriais de 450 metros quadrados de área construída - localizado no km 8 da estrada do Tarumã.

"Estudamos um modelo como esse, só que com galpões maiores. Essa é uma possibilidade", adiantou.

Outro caminho, segundo Apio Tolentino, está na busca de áreas na RMM (Região Metropolitana de Manaus). "Estamos avaliando na região metropolitana outras áreas que possamos implantar empresas e de

que forma poderemos resolver alguns gargalos tributários", detalhou.

Ele explica que alterações na cobrança do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) precisam ser verificadas. "Agora, os incentivos fiscais não estão estendidos para a RMM. Fábricas instaladas no interior vendem para Manaus com isenção do ICMS. Porém, se o incentivo fiscal da ZFM passar a valer para toda essa área, o fabricante perderia essa isenção. Por isso temos que encontrar instrumentos tributários para realizar adequações na lei", esclareceu.

Outras alternativas e o prazo para o término do estudo não foram divulgados pela secretaria. Tolentino apenas adiantou que o governo pretende incluir a demanda no próximo PPA (Plano Plurianual) para reservar os recursos necessários.

Por dentro

PROBLEMAS

- Gargalos para a implantação de indústrias no PIM.
- Plano Diretor: impede a construção de indústrias em qualquer área da cidade.
- Especulação imobiliária: possibilitou o surgimento de empreendimentos residenciais dentro da área onde só deveria haver indústria.
- Preço do aluguel: varia entre R\$ 20 e R\$ 50 o metro quadrado.

Follow - Up



EMPRESARIAL

Guerra Fiscal

A guerra fiscal é uma iniciativa de alguns estados para atrair investimentos com a concessão de incentivos fiscais no âmbito do ICMS. É uma distorção fiscal que tem criado sérios problemas para a Zona Franca de Manaus – área de extraterritorialidade fiscal que tem sua produção industrial viabilizada por isenções ou reduções tributárias. Distante dos mercados consumidores e produtores de insumos, a competitividade dos produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus depende dessas isenções. Convém lembrar que a importância estratégica do modelo ZFM para o Brasil deriva do fato de ser a única política pública que deu certo para defender a Amazônia.

Segundo o advogado tributarista Fábio Soares de Melo, novas leis surgem em grande quantidade na esfera tributária devido a fatores como a necessidade do fisco de se adaptar a novos negócios e melhorar a fiscalização e arrecadação. Ele também atribui parte da responsabilidade por esse excesso legislativo à "guerra fiscal" que se instalou entre os Estados, objetivando conseguir atrair investimentos de outras localidades por meio da concessão de benefícios para determinadas operações produtivas. De acordo com ele, a complexidade e a quantidade de alterações na legislação geram um custo extra para as empresas, que necessitam contratar auxílio de escritórios de contabili-

dade e de consultorias fiscais e jurídicas na apuração correta dos tributos devidos.

O problema da "guerra fiscal" é que muitos dos incentivos fiscais dados pelos estados são concedidos sem a autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) – órgão do Ministério da Fazenda integrado por representantes de todos os Estados. Para coibir essas distorções, está sendo elaborado um edital para uma súmula vinculante no Supremo Tribunal Federal que torne inconstitucional todo incentivo fiscal concedido sem autorização. Por dispositivo constitucional, a ZFM – ao constituir uma área estratégica do governo federal para defender a Amazônia – é a única exceção a essa regra. Também como forma de combater a guerra fiscal, o governo discute com os Estados a redução da alíquota do ICMS nas transações interestaduais. A ideia é ir dos atuais 12% e 7% para 4%.

Dilma e Lula

Mônica de Bolle, 40 anos, professora universitária e consultora, é uma das mais bri-

lhantes economistas da nova geração. Com sólida formação acadêmica, é graduada e mestre em economia pela PUC-Rio e Ph.D pela London School of Economics. Em recente entrevista, solicitada a comparar os governos de Lula e de Dilma Rousseff, ela declarou: "Em termos de cenário externo, Lula surfou uma onda inacreditável,

A complexidade e a quantidade de alterações na legislação geram um custo extra para as empresas

mesmo com a crise de 2008. A Dilma pega um cenário externo mais hostil. Por outro lado, ela tem um projeto para o país, mesmo que não saibamos muito bem o que é. O Lula tinha um projeto de permanência no poder. Dilma tem visões maiores. Se concorda-

mos ou não, é outra história. O que acho ruim é o seu viés intervencionista. As medidas de proteção à indústria e de conteúdo local não vão fazer bem para o país. Mas até seu intervencionismo é pragmático. O plano de concessões mostrou isso. Ela parece querer mostrar que não tem medo de mexer nesses ninhos de vespa". Dilma é um enigma ainda a decifrar, mas é uma presidente trabalhadora, responsável e bem-intencionada. Resta torcer para que ela se convença da importância do setor privado na promoção da riqueza nacional e tenha o bafejo da sorte para conduzir com sucesso o Brasil na turbulência que o mundo atravessa, ainda sem a sinalização de uma luz no fim do túnel.

Anatel fiscalizará contas de celular

Para proteger o consumidor, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações),

decidiu que as operadoras de telefonia móvel, depois de forçadas a apresentar planos de melhoria da qualidade dos serviços, terão seus sistemas de faturamento submetidos a fiscalização 'sistêmica' e 'abrangente'. A agência quer levantar o número de contas que são enviadas com erros de cobrança aos usuários dos serviços e o motivo dessas falhas. As primeiras empresas a sofrer essa inspeção serão a Vivo e a Claro, mas as demais operadoras também serão monitoradas. A principal queixa dos usuários recai atualmente em problemas com as faturas – que vão da cobrança indevida de ligações e aplicação de tarifas inadequadas até a inclusão de pacotes que não foram contratados. O registro de falhas nas contas supera até reclamações com a qualidade dos serviços. É uma iniciativa digna de aplauso que deveria ser imitada por outras agências.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bordin. cieam@cieam.com.br e rbordin@hotmail.com

Greve

Audidores fiscais paralisam de novo

Emyle Araújo

Audidores-fiscais paralisam mais uma vez. Durante a manhã de ontem, a categoria se reuniu em três pontos diferentes da cidade com faixas que diziam: "Respeite a Constituição, reponha a inflação". A previsão é que a mobilização se repita hoje. De acordo com o representante da DS (Delegacia Sindical) Amazonas, Eduardo Toledo, o recado é direcionada à presidente da República, Dilma Rouseff.

A manifestação foi feita fora da repartição, sem assinatura de ponto, respeitando apenas a exigência legal de se manter 30% dos serviços. Na zona primária, manteve-se a operação-padrão.

Estrategicamente, os servidores federais se dividiram entre o centro de Manaus, Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e Delegacia Federal. "A

paralisação de 48 horas é o alerta decisivo para o governo e tem como objetivo reforçar que será bem mais fácil para o Executivo apresentar uma proposta de reajuste que corrija as perdas inflacionárias", destaca Toledo.

O auditor-fiscal Luiz Fernando Nogueira garante que apenas medicamentos, alimentos perecíveis, explosivos, armamentos e urnas funerárias estão sendo liberadas pelos fiscais da Receita.

A paralisação

Segundo o Sindifisco Nacional, a paralisação mobiliza o setor administrativo (chamado de zona secundária) do órgão. A estimativa do sindicato é de que a adesão está em torno de 80% dos servidores.

O diretor de estudos técnicos da DEN (Diretoria Executiva Nacional), Luiz Benedito, ex-

plica que o movimento tem se agravado devido ao fracasso nas negociações com o governo. "O sindicato tenta o diálogo há mais de um ano e quando ele (o governo) apresenta uma proposta, quer impor a sua vontade", alfineta.

Caso um acordo não seja firmado até a próxima sexta-feira (31) -prazo exigido pela LOA (Lei Orçamentária Anual)-, o representante do Sindifisco no Amazonas alerta que a categoria deve continuar mobilizada por tempo indeterminado. "Os reflexos disso já têm trazido consequências para a economia do Estado e do país", diz.

Em busca de um aumento de 30,18%, os auditores mantêm a operação-padrão há dois meses e doze dias.

O comunicado

O Sindifisco Nacional encaminhou na última semana

um documento à RFB (Receita Federal do Brasil), em Brasília, que oficializa a decisão de interromper as atividades nos dias 28 e 29 de agosto. O conteúdo da correspondência diz respeito à paralisação das atividades na zona secundária e a manutenção da operação-padrão na zona primária.

Na carta, o Sindicato tenta esclarecer o motivo das ações. "O governo não apresentou uma proposta à nossa reivindicação. O reajuste oferecido não corresponde à inflação dos últimos anos", destaca Nogueira. Segundo o representante, os auditores-fiscais não tiveram revisão geral anual de seus vencimentos.

Apesar da manifestação, o Sindifisco lembra na carta que será mantido o percentual de 30% dos auditores na zona secundária, com manutenção das atividades.

Produção

Nokia Siemens abre fábrica no Brasil com Flextronics

A Nokia Siemens Networks vai abrir uma linha de montagem no Brasil, junto com a fabricante Flextronics International, para construir a próxima geração de redes de telefonia móvel, disse um executivo sênior em entrevista.

A planta deve começar a disponibilizar equipamentos de quarta geração (4G) sem fio no início de outubro, no momento em que operadoras locais constroem redes para a Copa do Mundo de 2014, disse o diretor da Nokia Siemens para as Américas, Ken Wirth.

"O que estamos procurando fazer é alinhar nossa capacidade de produção próxima dos mercados onde estamos vendendo. Então isso reduz nossos custos de transporte, tarifas e quaisquer outras coisas que apareçam", disse Wirth, recusando-se a comentar o quanto cada parceiro investiu na joint venture. O Brasil lei-

loou licenças de transmissão de 4G em junho, e estipulou que pelo menos 60 por cento do hardware instalado deveria ser de conteúdo brasileiro, um requisito contestado pelos Estados Unidos e pela União Europeia na Organização Mundial do Comércio.

Para a Nokia Siemens, a demanda das quatro operadoras móveis brasileiras, com a instalação de suas redes 4G, será suficiente para justificar a capacidade de produção local para os próximos 12 a 18 meses, disse Wirth.

A empresa já assinou contratos com uma operadora 4G brasileira e uma chilena, que Wirth se recusou a nomear.

Com a produção brasileira já instalada e funcionando, Wirth disse que vê as novas redes 4G brasileiras como uma chance para a Nokia Siemens de crescer sua participação no mercado da América Latina em cerca de 30 por cento.

Pedrinho Aguiar



O superintendente Thomaz Nogueira e mestre das telas e pincéis Moacir Andrade (Junha Januária)

Gênio da pintura visita Suframa

O mestre da pintura amazônica, Moacir Andrade, visitou anteontem, o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, onde apresentou seu mais novo projeto, resultado de anos de pesquisa, o livro "Expressões e vocábulos usados no Amazonas". O pintor, desenhista, professor, intelectual e escritor amazo-

nense, classificou a obra como o "fechamento de sua contribuição cultural" para o Estado. Os trabalhos do artista plástico figuram em importantes coleções particulares e instituições públicas com reprodução do que vivenciou na infância. São mais de 80 anos de uma carreira sólida e bem sucedida, com mais de 10 mil telas pintadas e cerca

de 70 países visitados para difundir sua arte. A vocação de Moacir de Andrade por temas amazônicos fez com que o poeta e escritor amazonense, Thiago de Mello, considerasse verde o coração do pintor: "porque é banhado por todos os verdes, os verdes de todas as cores, que os seus olhos de grande artista sabem ver na floresta que ele ama".

CAPA

GUERRA FISCAL

Bancada do Amazonas em defesa da Zona Franca

Parlamentares amazonenses em Brasília fazem discursos contundentes contra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que é contra os incentivos fiscais dados ao PIM. **PÁGINA A3**

Sim & Não

Nem aí Mostra de como deputados da ALE-AM não estão nem aí para as ameaças de São Paulo contra a Zona Franca de Manaus. Ontem, por sugestão do deputado Chico Preto (PSD), a Assembleia realizou sessão só para discutir o tema, mas apenas quatro dos 24 membros do Poder ficaram em plenário.

‘Do PSDB’ O deputado Chico Preto disse em seu discurso sobre a ação contra a ZFM que a reunião que promovia não tinha nenhum cunho político eleitoral. Ele, porém, repetiu várias vezes que a denúncia contra o Amazonas era do governador de São Paulo, “do PSDB”.

Referência A Zona Franca de Manaus foi citada como modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia ontem, em Belém, pelo ex-presidente americano Bill Clinton. Ele foi à capital paraense para participar do 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Manaus, quarta-feira, 29 de agosto de 2012.

UMA MANIFESTAÇÃO NECESSÁRIA

E Os três senadores do Amazonas foram ontem à tribunal do Senado para, em uníssono, protestar contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) interposta no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin (PSDB). Foi uma defesa importante, que mostrou a Casa da Federação, onde a representação de todos os Estados é igual, que o Brasil não deve perder o Pólo Industrial de Manaus. Este modelo de desenvolvimento, o único proposto para a região em toda a história deste País, faz bem para todos, desde o mais humilde

amazonense, que tem aqui uma oportunidade de emprego, uma oportunidade para viver dignamente e criar seus filhos; até o mais rico dos ricos barões paulistas, que pode se alimentar com produtos irrigados pelas chuvas que saem da floresta amazônica e caem nos quintais do Estado mais rico da Federação. Sem nosso Pólo Industrial, miseravelmente o Brasil não teria mais florestas, não teria um Amazonas que preserva quase 98% de sua mata original. Mas a ciência já provou que para além de fazer bem para o amazonense, para o paulista, o gaúcho, a floresta,

preservada em grande parte pela concentração de nossa atividade no Pólo Industrial de Manaus, faz bem também para o mundo, para nossos vizinhos de continente. É claro que, na guerra fiscal proposta pelo governador tucano de São Paulo a questão ambiental jamais será levada em conta. Talvez se nossos parlamentares mostrarem ao senhor Alckmin que grande parte dos 110 mil trabalhadores do Estado vão perder o emprego se prosperar suas malévolas intenções na Corte Suprema, e descer em busca de oportunidades para o quintal dele e lá não vão encontrar isso, só vão encontrar

problemas megaconcentrados, talvez assim um dia ele se digne a deixar essa guerra suja e veja o Brasil do Norte com outros olhos. Enquanto olhar para o Brasil com olhos de Pindamonhangaba, o senhor Alckmin só vai pugnar pelo alargamento da desigualdade regional, o que ao final e ao cabo igualmente prejudica sua terra. Ao mesmo tempo, ontem, finalmente a Câmara Federal designou comissão para analisar o projeto da presidente Dilma Rousseff (PT) que prorroga a Zona Franca por mais 50 anos. Não é nada, não é nada, mas faz toda a diferença para nós.

Bancada põe ZFM na pauta do Congresso

ANTÔNIO PAULO

antonio paulo@scntica.com.br

BRASÍLIA (SUFRAMA) - Os destinos da Zona Franca de Manaus (ZFM) ocuparam as atenções da bancada de deputados e senadores do Estado do Amazonas, no Congresso Nacional, nos últimos dias. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que o Governo de São Paulo move, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra os incentivos fiscais de ICMS dado pelo Governo do Amazonas às indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM), levou os parlamentares do Estado a fazer discursos contundentes contra o governador Geraldo Alckmin e o PSDB.

Nenhum deputado ou senador, no entanto, fez referências diretas à campanha eleitoral em Manaus que tem como um dos candidatos a prefeito o ex-senador Artur Virgílio Neto (PSDB).

Fazendo o contraponto do debate-solo da bancada do Amazonas, já que em nenhuma das Casas Legislativas eles receberam apoio dos colegas sobre a Adin de São Paulo, os parlamentares também comemoraram a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), que assinou na quinta-feira passada, o ato que cria a Comissão Especial destinada a



Os senadores Alfredo Nascimento e Vanessa Graziotin criticaram a ação do Governo de SP contra o Amazonas

Braga faz articulações de bastidores

Dos três membros da bancada do Amazonas no Senado, somente Eduardo Braga (PMDB) não ocupou a tribuna para tratar da Adin de São Paulo. O "silêncio" é por conta do cargo de líder do Governo. Se fizer críticas a São Paulo, dificulta nego-

ciações nas matérias de interesse do Planalto. Porém, ele não esconde as articulações que está fazendo no Judiciário, Legislativo e Executivo. Já conversou sobre o assunto com a presidente Dilma e com o ex-presidente Lula.

apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 506-A/2010, que prorroga os benefícios da ZFM por mais 50 anos.

Ontem, no primeiro dia de esforço concentrado do Senado, os senadores Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) e Alfredo Nascimento (PR-AM) subiram à tribuna para discutir a Adin do Estado de São Paulo.

"Com essa atitude (a ação contra o Estado do Amazonas), o governador Geraldo Alckmin coloca em risco não somente os mais de 117 mil empregos diretos e 500 mil indiretos, mas a própria existência da Universidade do Estado do Amazonas, que hoje tem a maior capilaridade no interior. Está presente em todos os 61 municípios do interior do Estado do Amazonas e sobrevive com recursos, com parte desses recursos e incentivos do Governo do Estado, relacionados à Zona Franca de Manaus", discursou a senadora.

O senador Alfredo Nascimento (PR) também ocupou a tribuna para tratar da disputa judicial com os paulistas. Disse que São Paulo adota postura desleal com a Zona Franca de Manaus, mas também prejudica o desenvolvimento de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia, Estados que também tiveram suas leis de incentivos fiscais questionadas pelo Governo de São Paulo. "Os resultados negativos no Amazonas já podem ser observados, pois, empresas ligadas ao setor produtivo, que tenham interesse em investir na região, começam a recuar. Afinal, diante de um cenário de incertezas, de instabilidade jurídica, o empresariado fica receoso em ampliar investimentos", disse.



Comando na comissão

O deputado federal Átila Lins (PSD-AM) é um dos nomes cotados, na bancada do Amazonas, para presidir ou relatar a PEC 506/2010, que trata da prorrogação da Zona Franca de Manaus. Ele já encaminhou pedido ao líder da bancada do PSD que o indique para fazer parte da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda Constitucional. A deputada Rebecca Garcia (PP-AM) também tem interesse em um dos cargos. "O presidente da Câmara, Marco Maia, garantiu a mim e aos demais colegas que a presidência e a relatoria da comissão serão destinadas à bancada do Amazonas. Esperamos que isso aconteça", disse Átila. Nos dias 4, 5 e 6 de setembro acontece mais um esforço concentrado da Câmara.

Senadora reage à denúncia de omissão

A senadora Vanessa Graziotin respondeu, ontem, ao discursar no Senado, às acusações de que a bancada nada fez com relação à medida provisória que concedeu incentivos fiscais aos tablets e acusou São Paulo a isentar o ICMS estadual de forma inconstitucional.

"Aprovamos aqui no Congresso a MP 534/2011 que incluía benefícios e garantia vantagens à Zona Franca de

Manaus, como 1% de crédito favorável à ZFM. (...) Mas, o governador Alckmin editou um decreto baseado na legislação de São Paulo, concedendo incentivo fiscal de zero de ICMS para a produção paulista de tablets. Isso, sim, foi uma ação ilegal", disse a senadora.

Vanessa lembrou que, por conta dessa ação, o governador Omar Aziz entrou com uma Adin (nº 4.635) no Supremo, que rece-

beu parecer favorável da Procuradoria-Geral da República em fevereiro deste ano. A PCR diz que "não é possível a edição de atos normativos que concedam benefícios fiscais de ICMS sem a prévia celebração de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária". Esse é o mesmo argumento que São Paulo usa para proibir o ICMS que o Governo do Amazonas dá às indústrias locais.

Deputados se revezam na tribuna

Desde as notícias de que São Paulo processou o Amazonas no Supremo Tribunal Federal, a bancada de deputados federais tem se revezado na tribuna da Câmara em discursos contra a medida. Na semana passada, falaram a vice-líder do Governo, Rebecca Garcia (PP-AM), e os deputados Átila Lins (PSD-AM), Francisco Praciano (PT-AM) e Henrique Oliveira (PR-AM).

Candidato a prefeito de Ma-

naus, Henrique aproveitou a decisão do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que assinou na quinta-feira, o ato que cria a comissão especial que vai analisar e dar parecer à PEC 506/2010, que prorroga a ZFM, para dizer que "a partir do momento que votarmos essa matéria, calaremos a boca daqueles que lutam contra um Estado que deu certo, apesar de muitos não acreditarem que iria dar. O Governo de São Paulo

está inconformado com o modelo de economia do Amazonas, que se desenvolve de forma sustentável". O deputado do PR foi o relator da PEC da prorrogação da ZFM na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para o deputado Praciano (PT), "é necessário que o próprio Governo Federal convença a sociedade, convença o Congresso e o mundo da necessidade de se manter a Zona Franca de Manaus".

Bancada põe ZFM na pauta do Congresso (continuação)

Assembleia discute consequências

Audiência contou com a presença de deputados estaduais, um deputado federal e representantes da Sefaz, Suframa, CUT e PGE

O deputado federal Francisco Praciano (PT) afirmou ontem que é preciso discutir a Zona Franca de Manaus (ZFM) sem discursos provincianos antes de o modelo ser atacado. "Temos que nos antecipar e brigar pela segurança jurídica do modelo", disse o parlamentar petista.

A declaração foi dada no plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) na audiência pública que discutiu as consequências para o Polo Industrial de Manaus (PIM) da medida adotada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

De autoria do deputado esta-

Busca rápida



Deputado cobra posicionamento

O deputado estadual Marco Rotta (PMDB) disse à Assembleia Legislativa do Amazonas precisa adotar um posicionamento político da Assembleia sobre a Adin apresentada pelo Governo de São Paulo contra a ZFM. "Isso cria uma grande instabilidade no Polo Industrial de Manaus", disse.



Reunião sobre as consequências da Adin foi proposta pelo deputado Chico Preto

dual Chico Preto (PSD), a reunião contou com a presença do superintendente da Zona Franca de Manaus (ZFM), Thomaz Nogueira, do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Waldemir Santana, e de representantes da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Francisco Praciano lembrou, em seu discurso, que não é só o incentivo fiscal que torna atrativo o Polo Industrial de Manaus (PIM). Segundo ele é uma vergonha em 45 anos de Suframa o Amazonas não ter um porto de carga em sua logística. "Para-

mos por falta de estrada, de porto e aeroporto. A Suframa está desestruturada e perdendo técnicos", disse o parlamentar.

Thomaz Nogueira criticou a Adin apresentada pelo Governo de São Paulo contra os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM). Ele ressaltou que o modelo econômico gera 117 mil empregos e já demonstrou que é solução para o Brasil. Lembrou que a política de incentivos que mantém o PIM contribui para a preservação da floresta amazônica.

O deputado estadual Chico Preto enfatizou que a iniciativa do Governo de São Paulo inibe novos investimentos na ZFM. "As empresas que estão aqui ficam sobressaltadas e as que querem vir produzir em Manaus ficam receosas. Essa ação traz prejuízos de ordem política e institucional, social e econômica", disse o parlamentar.

Manaus, quarta-feira, 29 de agosto de 2012.

Prorrogação

Empresários pedem IPI reduzido

Ministro Mantega ainda vai avaliar a possibilidade de estender o benefício. Hoje, governo se encontra com produtores de veículos

BRASÍLIA (AG) - Representantes de setores produtivos beneficiados pelo governo com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pediram ontem, ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, a prorrogação da medida, que vence nesta sexta-feira. Por cerca de três horas, Mantega se reuniu, em Brasília, com representantes de 12 associações e grandes varejistas, como Casas Bahia e Pão de Açúcar, para avaliar o impacto da redução do IPI para venda de produtos como os da linha branca, móveis e materiais de construção.

Segundo os participantes, o ministro disse que vai estudar os

números para avaliar a possibilidade de prorrogação do benefício. Hoje é a vez dos fabricantes de veículos e de máquinas e equipamentos se reunirem com integrantes do governo discutir o tema.

Os convidados da reunião de ontem informaram que apresentaram a Mantega números que mostram que a redução do IPI levou a aumento da produção e das vendas, após um início do ano de queda provocada pela desaceleração da economia, reflexo da crise internacional.

"Se houver a prorrogação da desoneração, vamos ter um ano magnífico e começar muito bem 2013", disse o presidente da Associação Nacional de Fabricantes



Mantega se reuniu ontem com representantes de 12 associações e grandes varejistas

de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), que representa os fabricantes da linha branca, Lourival Kicula. Ele defendeu a prorrogação do benefício até o fim do ano.

Kicula disse que apresentou a Mantega dados que mostram o repasse do corte do IPI aos consumidores. E afirmou que o setor teme queda significativa das vendas caso volte à cobrança da alíquota cheia do imposto.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel), José Luiz Fernandez, se disse confiante na prorrogação do IPI reduzido. De acordo com ele, a medida é um "jogo em que todos ganham." "Tentamos sensibilizar o

ministro de que o remédio [corte do IPI] fez efeito e que é importante prorrogar para mantermos altas as vendas em 2012", disse Fernandez.

ARRECADAÇÃO

O Governo Federal arrecadou R\$ 87,947 bilhões em impostos e contribuições em julho. O número representa uma queda real de 7,36% sobre igual mês do ano passado, informou a Receita Federal na segunda-feira. Em junho, a arrecadação havia ficado em R\$ 81,107 bilhões. Todos os valores são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

De acordo com a secretária-adjunta da Receita, Zayda Manatta, a queda na arrecadação no mês de julho - quando comparado ao mesmo mês do ano passado -, se deve, basicamente, a três fatores: um deles são as desonerações feitas pelo governo federal para estimular a economia brasileira por conta da crise internacional, que tiveram impacto, sozinhas, de R\$ 1,3 bilhão.

Visão integrada Ciência e sociedade

Vimos insistindo, a título de contribuição técnica isenta, sobre os gargalos que ameaçam a eficácia da política agropecuária proposta pelo executivo amazonense. Dois deles avultam: a) sua frágil fundamentação em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que resulta na ausência de sistemas de produção consistentes em relação a diversas cadeias produtivas; b) a debilidade do sistema estadual de assistência técnica e extensão rural; c) a insuficiência orçamentária do sistema Sepror/Idam; e d) a modernização gerencial e de planejamento dos organismos gestores do sistema. Não podemos perder de vista outros fatores de risco que, prioritariamente, precisam ser equacionados. Sem infraestrutura que atenda às

mínimas necessidades do sistema, sem o emprego racional de insumos modernos (adubos e defensivos agrícolas), sem tecnologia de preparo de solos e das águas, do uso de mudas e matrizes de qualidade, não é possível produzir em escala econômica alimentos ou matérias primas agroindustriais. O diretor do Inpa, Adalberto Val, encontra-se no Japão assinando convênios com as Universidades de Tottori, Kyoto e Tsukuba, tendo em vista estabelecer canais de aproximação entre o Instituto e aqueles importantes centros de ensino e pesquisa. Segundo Val, já vêm sendo desenvolvidos "vários projetos em cooperação com instituições japonesas e já recebemos representantes dessas instituições aqui no Instituto para discussão desses

projetos, de maneira que agora precisamos assinar todos esses convênios e memorandos de entendimento para que possamos avançar". O Inpa operacionaliza acordos de cooperação entre o Brasil e o Japão com o "Projeto Dinâmica do Carbono da Floresta da Amazônia (Cadaf)", convênios com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica - sigla em inglês), além de projetos com a Universidade de Tottori sobre estudos na área de fungos. O Cadaf terá duração de quatro anos (2010-2013) e dará continuidade às atividades de campo do Pronex (que se encerrou em dezembro de 2011), parte integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (Inct) - Madeiras da Amazônia, coordenado pelo Inpa. Os estudos cooperados

Osiris
Silva

e-mail:
osirisasilva@gmail.com



na área de fungos e o projeto Cadaf são coordenados pelos pesquisadores do Inpa, Noêmia Kazue Ishikawa e Niro Higuchi. Na semana passada o Inpa realizou workshop sobre "Ciência e Inovação em diálogos com comunidades da Amazônia". De acordo com o pesquisador Carlos Bueno, coordenador de Extensão (Coex) do Instituto, foram exibidos resultados de estudos e projetos desenvolvidos em comunidades amazônicas nos mais diferentes âmbitos, como: processamento e produção de alimentos, capacitação para o trabalho, recuperação ambiental; "processamento de pescado", pelo pesquisador do Inpa, Nilson Carvalho; "transferência de tecnologia para extração de óleos", pelo pesquisador Paulo de Tarso Sampaio; e ainda os trabalhos

da pesquisadora Maria de Fátima Vieira sobre a questão da alfabetização científica, o "Projeto Ciência na Escola" (Pce), dentre outros. A questão é: como fazer chegar à sociedade os benefícios dessa importante gama de trabalhos gestados no Inpa, no Cpaa, na Universidade, na Fucapi, no Cba, ou seja, logo ali na esquina? O Estado não pode, responsavelmente, menosprezar capital científico e tecnológico de tal relevância. Efetivamente, a base sobre a qual serão gerados os empregos e a renda, a saúde e a educação, essenciais ao processo de desenvolvimento, como a propósito muito bem lembrou nosso poeta maior, Thiago de Melo, em mais uma rodada de debates promovida pelo Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (Geea/Inpa), semana passada.

CAPA

INCENTIVOS

AM pronto para defender a Zona Franca no Supremo

Contexto

Falta ação

Artur Neto, candidato a prefeito pela coligação "O futuro é agora (PSDB/PPS)" criticou a falta de ação dos congressistas amazonenses, que deixaram passar projetos que prejudicaram a Zona Franca de Manaus.

Ele citou como exemplo a crise no polo de duas rodas, que já deixou mais de 14 mil desempregados.

Atropelado

Disse ainda que, se estivesse no Senado, a proposta de que a fabricação dos tablets seria fora de Manaus não teria passado...

— Ou teriam que me atropelar para aprovar essa proposta – detonou.

Artur também disse que se fosse senador cumpriria todo o mandato, como fez quando foi deputado federal, senador e prefeito.

Até eu, enfim

Enfim, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) lembrou que, por obrigação moral, tem que defender o Amazonas.

Ontem, ocupando a tribuna ele acusou o governo de

São Paulo de adotar "postura desleal" contra o Amazonas, referindo-se à Adin ajuizada no STF, que pede a suspensão dos incentivos fiscais relativos à desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos e serviços às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

Nós e eles

Nascimento alertou que essa medida impedirá o progresso e o desenvolvimento do Amazonas, e também prejudicará os Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia – todos recentemente questionados pelo governo de São Paulo no STF.

Distrito

Principal via está sem sinalização

LUCAS PRATA
Equipe EM TEMPO

Um das principais vias que ligamos bairros da Zona Sul ao Distrito Industrial de Manaus e, ainda, a alguns bairros da Zona Leste, a Buriti está com a sinalização das faixas trânsito comprometida.

As faixas contínuas que dividem a avenida estão parcialmente apagadas em grande parte da extensão via, e prejudicam a visibilidade dos motoristas que trafegam pelo local, além de contribuir para possíveis acidentes.

Motoristas que trafegam diariamente pelo local têm de redobrar a atenção para não passarem a via oposta e colidir com outros veículos. É o caso do vigilante Gilcevan Rodrigues, 23, que tra-

balha em uma empresa do Distrito Industrial, e passa pela via todos os dias. Segundo ele, à noite o perigo é ainda maior, pois alguns

PERIGO

Motoristas dizem que a falta de faixas que determinem o começo e o fim das "mãos" da avenida tem contribuído para acidentes na área. Prefeitura alega já ter incluído via na programação

trechos da avenida não têm iluminação, o que prejudica ainda mais a visibilidade.

"Trafego por essa avenida de dia e à noite. Faz tempo que não vejo sinalização nesse trecho entre a Bola

da Suframa e o Studio 5. A noite nessa área é um perigo, porque é meio escuro. Teve um uma noite que estava chovendo, eu estava voltando do trabalho e tive passar em velocidade baixa e pelo lado direito, porque sem faixa, perdemos a noção do espaço", alertou.

Outro que reclama da falta de sinalização do local é o motorista Rivail Marinho, 45, que trabalha em uma empresa de transportes. De acordo com ele, a falta de sinalização pode causar acidentes graves.

"Eu tráfego nessa via com a atenção redobrada. Um dia eu estava na minha "mão", e um carro vinha quase no meio da pista que eu estava. Algumas pessoas abusam. Se eu não estivesse atento, teria acontecido grave acidente".

Cronograma inclui avenida

O Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito (Manaustrans) informou que a avenida Buriti foi incluída na programação de reestruturação da sinalização na cidade. A área deve receber a

devida manutenção entre os meses de outubro e novembro, período em que se encerram os trabalhos em ruas da Zona Leste, Centro-Sul e Centro-Oeste (onde as equipes trabalham atualmente).

O Manaustrans informou, ainda, que a revitalização da avenida Buriti é de responsabilidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que solicita ao órgão as manutenções.

Defesa do AM está pronta

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

Mesmo sem ter sido notificado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.832, ingressada por São Paulo, o governo do Amazonas faz os ajustes finais na minuta de defesa dos incentivos fiscais concedidos às empresas locais, a ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) até a próxima semana. A perspectiva é de que o processo seja julgado o quanto antes, a fim de evitar transtornos ao desenvolvimento econômico local.

De acordo com o titular da PGE, Clóvis Smith, o documento, que demorou uma semana para ser confeccionado, está pronto e será apresentado hoje às entidades ligadas ao Estado e ao modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). "Vamos nos reunir com a Secretaria do Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz - AM), Casa Civil do Estado e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para discutirmos o assunto", disse o procurador, ao salientar que o conteúdo deverá passar pela avaliação do governador Omar Aziz antes de seguir para o STF.

Sobre o conteúdo da minuta, Smith informou que, no documento, constará o papel da ZFM para o desenvolvimento do Estado, os direitos do modelo assegurados por lei, como a forma pela qual o Estado concede incentivos fiscais, entre outros assuntos relacionados ao artigo 15 da Lei Complementar

24/1975. "Essa lei garante que os incentivos concedidos pelo Amazonas não precisam passar pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), situação questionada pelo Estado de São Paulo, por meio da ADI", observou.

O procurador salientou, ainda, que espera que o governo do Amazonas seja notificado sobre a ação movida por São Paulo, ainda hoje, mas garantiu que a defesa do

MINUTA

Apresentação da Zona Franca de Manaus e direitos assegurados pela legislação fazem parte da defesa do Amazonas contra a ação ingressada por São Paulo no Supremo Tribunal Federal

Amazonas está fechada. "A relatora do processo no STF, a ministra Rosa Weber, deu até dez dias, após a notificação, para o Estado apresentar a sua defesa. Porém, já estamos com a minuta pronta e assim que formos comunicados tomaremos as devidas providências", assegurou.

Segundo a PGE, além do governo estadual, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) foi a primeira a ser notificada sobre o processo. "Estamos otimistas com o parecer favorável do STF, pois a defesa dos direitos do Amazonas foi elaborada na lei", destacou o titular do órgão.

Assembleia é notificada e reforça apoio

O presidente da Aleam, deputado estadual Ricardo Nicolau, confirmou a notificação sobre a ADI e salientou que a casa legislativa atuará em conjunto com o governo do Estado para assegurar os direitos do Estado e do modelo ZFM. "Fomos notificados na última segunda-feira e temos uma reunião agendada com a PGE, na próxima sexta-feira, para tratar do assunto", informou.

Nicolau ressaltou, ainda, que, assim como o governo, a Aleam vai usar argumentos jurídicos para defender os interesses do Estado, dos frequentes ataques do governo do Sudeste. "Dessa forma, vamos buscar contri-

buir para prestarmos os devidos esclarecimentos sobre os direitos garantidos por lei", frisou.

Mais agilidade

Enquanto a minuta ainda não foi encaminhada ao STF por conta da falta de notificação da ADI, a Suframa cobrou mais agilidade no julgamento do processo que tramita em Brasília. Na avaliação do superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, a saída menos danosa para o modelo de desenvolvimento é a celeridade no desfecho da ação.

"Se a intenção da ADI fosse esclarecer uma situação jurídica duvidosa, bastava julgar

outras ações já lançadas no passado, ações em que a zona franca obteve ilimitares favoráveis que, até hoje, não tiveram o mérito julgado. O governo paulista já alcançou seu objetivo com a simples propositura da ação, ou seja, semear a confusão e levantar dúvidas sobre a segurança jurídica do modelo, que é constitucionalmente protegido. Uma eventual vitória de São Paulo não aumentaria um centavo sequer na arrecadação daquele Estado", disse Nogueira, durante sessão de tempo, realizada na manhã de ontem na Aleam.

O superintendente classificou a ação como "irresponsável", por não medir as conse-

quências para a economia de toda a Amazônia Ocidental, e reafirmou que um julgamento rápido do mérito pode colocar um ponto final nos questionamentos de outras unidades da Federação, em relação ao Amazonas conceder incentivos fiscais.

"A Constituição de 1988 recepcionou toda a legislação da zona franca. A Lei Complementar 24/1975 é parte e deixa bem claro a autorização do Amazonas para conceder incentivos. A mesma lei que São Paulo questiona agora é a que estabelece o funcionamento do Confaz, ou seja, querer desconsiderá-la é ignorar o próprio conselho", finalizou.



Na Aleam, representantes da Suframa, do Estado e de entidades ligadas à indústria discutiram estratégias de defesa do Estado

Rede 4G

Nokia Siemens abrirá fábrica

A Nokia Siemens Networks vai abrir uma linha de montagem no Brasil, junto com a fabricante Flextronics International, para construir a próxima geração de redes de telefonia móvel, disse um executivo sênior em entrevista na última segunda-feira.

A planta deve começar a disponibilizar equipamentos de quarta geração (4G) sem fio no início de outubro, no momento em que operadoras locais constroem redes para a Copa do Mundo de 2014, disse o diretor da Nokia

Siemens para as Américas, Ken Wirth.

“O que estamos procurando fazer é alinhar nossa capacidade de produção próxima dos mercados onde estamos vendendo. Então isso reduz nossos custos de transporte, tarifas e quaisquer outras coisas que apareçam”, disse Wirth, recusando-se a comentar o quanto cada parceiro investiu na joint venture.

O Brasil leiloou licenças de transmissão de 4G em junho, e estipulou que pelo menos 60% do hardware instalado deveria ser de conteúdo brasileiro, um

requisito contestado pelos Estados Unidos e pela União Europeia na Organização Mundial do Comércio.

Para a Nokia Siemens, a demanda das quatro operadoras móveis brasileiras, com a instalação de suas redes 4G, será suficiente para justificar a capacidade de produção local para os próximos 12 a 18 meses, disse Wirth.

A empresa já assinou contratos com uma operadora 4G brasileira e uma chilena, que Wirth se recusou a nomear.

Com a produção brasileira já instalada e fun-

cionando, Wirth disse que vê as novas redes 4G brasileiras como uma chance para a Nokia Siemens de crescer sua participação no mercado da América Latina em cerca de 30%. A região contribui por 13% da receita da companhia — mais do que a América do Norte — e está crescendo rapidamente.

Somente no Brasil, as operadoras móveis reservaram quase US\$ 1,5 bilhão em despesas de capital para o próximo ano, aproximadamente 30% dedicados à tecnologia 4G.

Portos

Plano de concessões previsto para setembro

O governo prepara para setembro as medidas de concessões de portos e aeroportos, segundo o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo. Os detalhes do plano ainda estão sendo fechados pelos ministros do setor e também por técnicos e especialistas. Ao mesmo tempo, um grupo de autoridades viaja para a Europa em busca de informações de modelos em vigência considerados bem-sucedidos.

Figueiredo disse que, hoje, viaja para Alemanha, Bélgica e França uma comitiva do Brasil formada pelos ministros Gleisi Hoffmann (Casa Civil), José Leônidas Cristino (Portos), Wagner Bitencourt (Secretaria de Aviação Civil) e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. "Iremos pegar boas referências", disse Figueiredo, referindo-se aos modelos de concessão.

No último dia 15, a

presidente Dilma Rousseff lançou o plano de concessões de estradas e ferrovias, que pretende investir R\$ 133 bilhões em 25 anos. O Programa de Investimentos em Logística para Rodovias e Ferrovias, lançado pela presidente, tem o objetivo de estimular maior participação da iniciativa privada nos investimentos de infraestrutura no país. No total, serão concedidos 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias.

Para os próximos 25 anos, os investimentos vão somar R\$ 133 bilhões, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão aplicados nos primeiros 5 anos. Para as rodovias, o total investido alcançará R\$ 42 bilhões e para as ferrovias o programa de investimentos soma R\$ 91 bilhões. Segundo o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, está prevista a duplicação dos principais trechos rodoviários do país e a expansão da malha ferroviária brasileira.

CAPA

Samsung eleva investimentos e aposta em Manaus como a 'capital do celular'

Na reunião de hoje do Codam, Estado analisa projeto de R\$ 4 bilhões da multinacional, que intensifica fabricação de smartphones e tablets no Polo Industrial de Manaus. **ECONOMIA PÁG 12**

Claro & Escuro

ADIN

Discussão esvaziada

Apenas três deputados participaram ontem, na ALE, das discussões sobre a Adin do governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB) contra a ZFM. Em aparte, Wilson Lisboa (PCdoB) questionou a discussão. Para ele, o Estado não pode depender de um único modelo de desenvolvimento. "A ZFM não é nada diante dos hectares de floresta que temos para explorar", disse.

Samsung anuncia produção de toda a linha de celulares em Manaus

“De agosto a dezembro, vamos produzir mais celulares na nossa fábrica em Manaus do que na de São Paulo. Vamos fazer, em quatro meses, o que conseguimos produzir em sete. Manaus vai voltar a ser a capital do celular no Brasil”. Com essa frase, o vice-presidente de novos negócios da Samsung, Benjamin Sicsú, traduziu os planos da empresa para a planta da coreana no Polo Industrial de Manaus (PIM) nos próximos meses. O executivo revelou, ainda, que a unidade do Amazonas já produz os modelos ‘top de linha’ da marca, como o Galaxy S III, e o Galaxy Note deve ser o próximo a rodar na capital.

Parte da aposta em passar a produzir toda a linha de celulares em Manaus inclui um projeto a ser avaliado hoje pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam) - de R\$ 4 bilhões.

O documento afirma que a Samsung estima chegar a uma produção de 18 milhões de unidades do aparelho no PIM nos próximos três anos, além de um faturamento de R\$ 18 bilhões em igual período.

Ao ser questionado sobre o alto valor do investimento, Sicsú destacou a aquisição de matéria-prima. “Não é que a Samsung vai fazer R\$ 4 bilhões de investimento, mas sim que a



Gigante sul-coreana de tecnologia, Samsung já ampliou em 30% o número de trabalhadores na capital amazonense, quantidade que deve crescer ainda mais, conforme projeto da empresa apresentado hoje

DE NÚMEROS

548

novos trabalhadores é quanto a Samsung planeja contratar conforme o projeto que será apresentado ao Estado nesta quarta-feira.

empresa estima comprar esse montante em insumos”. Segundo Benjamin Sicsú, o crescimento no mercado de celula-

res é o o próprio desempenho da Samsung no segmento foram fatores cruciais na decisão da empresa em aumentar a produção dos eletrônicos no Estado.

De acordo com o secretário executivo adjunto de políticas setoriais, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), Apio Tolentino, 99% da produção de celulares da Samsung será para atender o mercado nacional e apenas 1% deve ser voltado para o consumo regional.

“Acredito que o investimento alto deve ser em grande parte na tecnologia que envolve esse tipo de produção, além da própria ampliação da planta local”, disse Tolentino.

Somente em mão de obra, Benjamin Sicsú afirmou que a empresa já ampliou em 30% na fábrica de Manaus.

Recentemente a Samsung perdeu uma batalha judicial envolvendo a americana Apple acerca de patentes de tecnologias utilizadas em seus aparelhos celulares, incluindo uma multa de US\$ 1 bilhão.

aporte no polo de celulares

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, o PIM só tem a ganhar com o aumento dessa produção. “A Samsung ultrapassou a Nokia no mundo, ela trouxe para cá algumas linhas de produtos que, mesmo dentro da linha de bens de informática, têm trazido resultado para ela”, analisou o presidente. Périco afirma ainda que o aumento é um bom indicador, principalmente, por causa das questões regionais, como a questão da geração de empregos. “A Samsung estava fazendo celulares, teve uma calda como todo mundo e agora está retomando, principalmente na linha dos smartphones. Se a Samsung está trazendo a produção para Manaus, é porque é vantajoso. Conhecendo a empresa, se eles investem é porque tem retorno”, completou Périco. Conforme a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), atualmente as empresas Digilbras, Evadin, Nokia do Brasil, Semp Toshiba e a própria Samsung produzem celulares no PIM. Outras duas, a Elcoteq e Visum Sistemas Eletrônicos, paralisaram suas produções. Somente na unidade fabril da Samsung em Manaus são produzidos televisores de LCD, câmeras fotográficas digitais e condicionadores de ar, dentre outros.

Governo e ALE são notificados pelo STF na Adin de São Paulo

TEXTO Dhyene Brissow e Mário Berites
FOTO Alberto César Araújo/ALE

MANAUS E BRASÍLIA

O governo do Estado e a Assembleia Legislativa (ALE) têm dez dias para apresentar defesa no Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra dispositivos da Lei 2.826/2003 que concede incentivos fiscais às indústrias do Amazonas. A Adin é de autoria do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O governo e a ALE foram notificados na última segunda-feira.

O procurador-geral do Estado, Clóvis Smith Frota Júnior, disse que os argumentos de Alckmin "não tem fundamento". Segundo ele, o governador paulista está questionando a validade da lei por ter sido alterada sem a prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), como previsto pela Constituição Federal, através da Lei Complementar 24/1975. A lei prevê que qualquer concessão de benefícios relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devem ser aprovados pelo Confaz. "A Zona Franca é uma exceção e não precisa ser submetida à aprovação do Confaz", disse.

De acordo com o Artigo 15 da mesma Lei Complementar, as regras do Conselho "não se aplicam às indústrias instaladas ou que vierem a se instalar na Zona Franca de Manaus".

O procurador-geral da ALE, Wander Góes, disse ontem que a Casa vai responder por que aprovou o projeto do Executivo, em 2003. Segundo ele a ministra Rosa Veber, relatora da ação, entendeu que a ALE também teve participação no processo e deve apresentar defesa.

Discussão

Em sessão de tempo, ontem na ALE, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, o subsecretário da Fazenda, Afonso Lobo e representantes



TRANQUILO
O chefe da Casa Civil, Raul Zaidan, disse que não há preocupação quanto à Adin

Representantes da Suframa e da Secretaria de Estado da Fazenda discutiram ontem com os deputados a Adin de autoria do Governo de São Paulo.

dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus defenderam a legalidade da lei estadual e traduziram o ato de Alckmin como mais um "ataque desaperado" à Zona Franca.

Na ocasião, apenas três deputados permaneceram no plenário: José Ricardo (PT), Marcos Rotta (PMDB) e Chico Preto, autor da cessão de tempo.

FRASE



Clóvis Smith.
Procurador do Estado A zona franca é uma excessão e não precisa ser submetida à aprovação do Confaz

Em resposta ao argumento de Alckmin sobre a inconstitucionalidade da lei.

DISCURSOS

Senadores se manifestam em plenário sobre ação

Os senadores do Amazonas ocuparam a tribuna do Senado, ontem, para se manifestar a respeito da Adin ajuizada no dia 17 de agosto pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), questionando os benefícios fiscais chamados de "Crédito Estimulo" e "Corredor de Importação" a diversos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus. Dos três senadores, apenas o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB), não se manifestou abertamente sobre o assunto. Ele disse apenas que já conversou com a presidente Dilma Rousseff e com o ex-presidente Lula a respeito do assunto, mas evitou dar informações para "não comprometer as ações de bastidores".

O senador Alfredo Nascimento (PR) fez um discurso questionando a postura do Governo de São Paulo, que classificou como "desleal". Para

o ex-ministro, a Adin tem como único objetivo aumentar a arrecadação tributária do Estado, prejudicando o Amazonas até que o STF julgue o caso. "Essa medida, sem dúvida, causará enormes prejuízos à Zona Franca de Manaus até a conclusão do seu julgamento. Os resultados negativos ao Amazonas já podem ser observados", disse. Apesar de também questionar os dispositivos legais da Adin do governo paulista, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) fez um discurso mais incisivo, citando a todo momento o PSDB - partido do governador Geraldo Alckmin e do ex-governador e candidato derrotado à Presidência da República em 2010, José Serra. Para a senadora, os ataques à Zona Franca são históricos, o que, de acordo com ela, "prova que o modelo funciona". "O Amazonas não cria guerra fiscal com ninguém", afirmou.

Fabricantes pedem a Mantega prorrogação do IPI reduzido e inclusão de mais produtos

Representantes de setores da indústria contemplados com diminuições de impostos pediram à equipe econômica do governo a extensão dos benefícios fiscais. Fabricantes de móveis, eletrodomésticos e materiais de construção se reuniram, ontem, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para relatar os efeitos das desonerações sobre a produção e as vendas. Além de pedirem a extensão do prazo dos impostos reduzidos, os empresários também solicitaram a inclusão de itens na lista de produtos beneficiados. De acordo com os empresários, no entanto, o ministro prometeu analisar os dados sobre crescimento das vendas, mas não se comprometeu a acatar nenhuma reivindicação. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para máquinas de lavar, fogões, geladeiras e tanquinhos acaba na próxima sexta-feira, mas os fabricantes estão confiantes na renovação do IPI reduzido para os produtos chamada linha branca. Contemplado com imposto reduzido até 30 de setembro, o setor de móveis também solicitou a extensão das alíquotas reduzidas até o fim do ano. O presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Claudio Conz pediu a inclusão de mais 50 produtos entre os materiais de construção com imposto reduzido. Atualmente, 46 itens do setor são beneficiados com a desoneração.